



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VI - Nº 84 - 2ª QUINZENA DE MARÇO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70 - NORMAL: R\$ 0,35

**Sair às ruas!**

**Unificar os movimentos!**

**Preparar as condições para  
a Greve Geral!**

**Abaixo a Reforma Constitucional  
Antinacional e Antipopular**



## A crise do Plano Real

# Governo aprofunda o entreguismo e ataque aos assalariados

O mês de fevereiro registrou o maior déficit comercial do Brasil: as importações foram maiores que as exportações em 1 bilhão e duzentos milhões de dólares. O resultado negativo repetiu dezembro e janeiro, e já acumula desde dezembro mais de 2,6 bilhões de dólares. O envio de dólares ao exterior explodiu, passando de um bilhão de dólares. As reservas cambiais, que eram de 43 bilhões no lançamento do plano, caíram para cerca de 35 bilhões. As bolsas de valores registravam quedas sucessivas, espantando os especuladores estrangeiros.

Internamente, o governo não conseguiu avançar a reforma constitucional. Os principais partidos burgueses estão profundamente divididos e não se sabe o que pode acontecer quando os projetos forem votados. O governo negocia e quer fazer com que os pontos a serem votados também sejam submetidos às negociações entre as frações oligárquicas burguesas.

A reforma fiscal, principal base para manter em pé os mecanismos de parasitismo financeiro interno e externo, é dificultada pelas oligarquias regionais parasitárias. Avalia-se que só será viável em 1997.

A abertura do mercado interno aos bancos e empresas de saúde estrangeiros também gerou crise. Os bancos nacionais e os sistemas de saúde privada, que têm lucros astronômicos, receam que os grupos americanos e europeus os esmaguem. Reivindicaram poder participar com igualdade de condições também nos países imperialistas, mas é claro que não têm força para isso. Só conseguiram retardar a entrada dos grupos im-

perialistas por algum tempo.

O governo se voltou contra a previdência, e quer acelerar sua privatização. Incluiu novas estatais na lista a ser entregue ao imperialismo, como a Vale do Rio Doce. A dificuldade em avançar as reformas antinacionais e antipopulares colocou o plano na dependência exclusiva da valorização artificial do Real diante do dólar. Mas como as reservas estavam se consumindo rapidamente e os déficits comerciais só aumentavam, o país caminhava seguramente para o mesmo desastre que ocorreu na Argentina e México.

### A volta da inflação

Na segunda semana de março, o governo apresentou à população uma série de medidas para tentar evitar o colapso prematuro do plano Real. Primeiro, desvalorizou o Real criando uma "banda cambial" que elevava o preço do dólar a cada mês. Seu objetivo era valorizar o dólar para aumentar os lucros dos exportadores e para reduzir as importações. Com isso, pretende-se reduzir o déficit na balança comercial. E dar condições ao governo de continuar pagando as elevadas taxas de juros e dividendos aos investidores estrangeiros.

O segundo passo foi elevar as taxas de juros de 62,5% para 101,2% ao ano. Com isso o governo pretende manter o país atrativo aos investidores externos e reduzir o consumo interno.

Uma terceira medida foi reduzir as alíquotas sobre investimentos de curtíssimo prazo. Assim o governo favorece os especuladores internacionais, que podem participar da jogatina das bolsas de valores e retirar o dinheiro em curto prazo, caso se sintam ameaçados pela crise.

Os resultados dessas medidas foram a explosão do preço do dólar, que chegou a atingir 93 centavos de real, e o governo foi obrigado a intervir no mercado, gastando ao redor de 5 bilhões de dólares das reservas para conter a alta da moeda americana. Os juros explodiram e certamente serão embutidos logo nos preços das mercadorias. Já se reconhece que a inflação vai voltar. Quem mais vai sofrer com as novas medidas serão os assalariados, que já estão com salários arrochados e estarão sem garantia de reajustes contra a alta dos preços.

### Uma manobra que aprofunda o plano

As recentes medidas econômicas do governo não são uma mudança de trajetória na política entreguista e antinacional. O governo atua para garantir ao

imperialismo que prosseguirá com a aplicação do plano neoliberal que liquidou com o México e quebra a Argentina. Se agora o governo quer limitar as importações, é para garantir aos investidores estrangeiros que terá dólares para lhes pagar juros e dividendos de sua especulação. As outras medidas são claras nesse sentido: favorecimento de investimento especulativo e inclusão de mais estatais na lista de privatizações. O imperialismo consente que o governo limite transitoriamente as importações, para garantir a aplicação do plano que colocará o país ainda mais nas mãos do capital estrangeiro. É uma manobra que abre caminho para a continuidade das reformas antinacionais e antipopulares. Uma quebra do país agora ampliaria as divisões interburguesas e emperraria a liquidação de estatais, a privatização da previdência, saúde e educação, a reforma fiscal etc. Não se trata de um recuo do governo, mas de um aprofundamento da linha entreguista.

### As massas têm que responder ou serão esmagadas

A continuidade do plano Real vai significar para as massas mais arrocho salarial, com a volta da inflação; fim do breve crescimento econômico de 1994 e volta do crescimento do desemprego; fim da aposentadoria aos 35 anos de serviço, com a instituição da idade mínima de 65 anos para se aposentar; privatização da previdência, com o domínio dos grandes grupos de saúde e o fim da assistência à população empobrecida; entrega das estatais e dos bancos públicos ao capital estrangeiro, com demissões de funcionários, aumento de tarifas e retrocesso da agricultura; fim do ensino superior gratuito. O país entregue ao parasitismo internacional e grande parte da população mergulhada na miséria absoluta.

O único caminho a seguir é o do enfrentamento contra o aumento da opressão nacional e social. Cada luta que se colocar, cabe apontar a perspectiva da unificação e generalização contra o plano neoliberal, contra o governo, a burguesia e o imperialismo. Ou as massas reagem com a luta direta e unificada, ou serão esmagadas.

Convocamos todas as correntes do movimento a romperem com a paralisia e construirmos uma Frente Revolucionária Antiimperialista, que organize nacionalmente a luta de massa contra o plano pró-imperialista.

É preciso preparar as condições para a greve geral, a força do movimento operário que pode derrubar o plano antinacional e antipopular.



## As massas reagirão: é preciso unificar as lutas

# Que a CUT e as organizações de massa rompam com a colaboração com o governo e organizem a luta nacional de massa para por abaixo o plano

O ascenso grevista no final do ano passado mostrou disposição de luta de vários setores do movimento operário e popular. Um ponto em comum foi a reivindicação salarial, já que o congelamento dos salários tem tornado a vida cada vez mais difícil. Os alimentos e a moradia têm subido todo mês, e são os principais gastos dos assalariados, que vão ficando com salários cada vez menores diante das suas necessidades.

A recuperação econômica ocorrida no segundo semestre de 1994 estimulou os trabalhadores a saírem à luta. Aumento da produção e emprego favoreceram a onda grevista. Mas as greves ficaram isoladas umas das outras. As direções sindicais têm se empenhado em garantir a aplicação do plano Real e jogaram um papel de freio nas mobilizações. O exemplo mais gritante foi a intervenção de Vicentinho, presidente da CUT, na greve dos petroleiros. Fechou um acordo com o governo e passou por cima dos trabalhadores, que haviam radicalizado a luta e estavam encurralando o governo. O isolamento das greves impediu que o movimento ganhasse características de luta política contra o plano e o governo.

### Tendência geral ainda é de luta

Apesar da ação divisionista da burocracia sindical, não houve nenhuma grande derrota do movimento. A situação atual, de ataque do governo às condições de vida dos assalariados, inclusive com a volta da inflação, levará a uma nova onda de greves.

A diferença está na política desenvolvida pela burocracia sindical. Se antes a burocracia atuava como amortecedor da luta de classes, desviando a luta das massas e dividindo o movimento, hoje o reformismo avançou na integração à política burguesa e aumentou seu compromisso com a sustentação da estabilidade política do país, chamada de governabilidade. Seus compromissos com setores da burguesia e a incorporação de princípios neoliberais, como a aceitação das privatizações e da abertura de mercado, o impedem de esboçar qualquer reação à ofensiva neoliberal. Um exemplo disso ocorre no Banespa em São Paulo. A direção petista/estalinista não se contrapôs sequer formalmente à intervenção, não chamou nenhum tipo de mobilização bancária, apontou a CPI da Assembléia quercista como o caminho para impedir a privatização do banco, não está movendo uma palha para lutar contra as demissões já anunciadas e acabou colaborando para inocentar Quercia e Fleury na CPI. Como apoiou Covas ao governo estadual, não teve como se contrapor a ele. Ao contrário, ficou de quatro implorando que o possedeibista Covas agisse contra o governo possedeibista de FHC. Os compromissos do reformismo com as frações burguesas o tornou apêndice da politicagem burguesa, e expressa esse papel no interior do movimento: sufoca a tendência grevista e procura utilizar as organizações de massa como elementos de barganha nas disputas interburguesas.

### PT vai colaborar na Reforma entreguista

O PT decidiu pela participação na Reforma Constitucional. Vai entrar no jogo das negociatas burguesas no parlamento, trocando votos e mendigando emendas. Deixou de lado a posição de tentar obstruir as votações. Vai votar favoravelmente certas medidas e rejeitar outras.

Com cerca de 10% da Câmara Federal, o PT e seus aliados frentepopulistas (PCdoB, PSB) não terão força para ganhar no voto as principais questões em discussão. Mas vão tentar ser uma espécie de fiel da balança, negociando questões

secundárias. Assim, o PT passa a ser cúmplice da reforma entreguista, legitimando-a. Com a participação nas votações das reformas, os reformistas querem ganhar força eleitoral para as próximas disputas municipais (1996).

A tendência de luta vai inevitavelmente se chocar contra a política reformista. É preciso mostrar a necessidade de superar essas direções que se corromperam construindo uma nova direção, que se apóie nas tendências mais profundas das massas e aponte uma perspectiva revolucionária. Isso significa trabalhar as reivindicações mais imediatas das massas, que objetivamente se chocam com o plano neoliberal, o governo e o imperialismo, e unificar as lutas na perspectiva da luta antiimperialista e anticapitalista.

### Necessidade do Partido Revolucionário

Enquanto as massas estão a mercê de mais uma ofensiva do governo e da burguesia e o PT colabora com a aplicação do plano neoliberal, as correntes que se autoproclamam revolucionárias estão atrás de legalização para poderem disputar as eleições do ano que vem. A renúncia da luta antiimperialista e da defesa das condições de vida das massas em função dos acordos com o reformismo traidor demonstra a falência dessas correntes. Está colocada mais do que nunca a necessidade da construção do Partido Revolucionário, único capaz de se colocar pelas reivindicações das massas e pela luta direta. Os militantes classistas e combativos das correntes precisam discutir os rumos que a luta de classes está impondo no país e romperem com as correntes oportunistas e eleitoreiras, que sacrificam as massas por seus compromissos com o reformismo, pela ausência de um programa revolucionário. A situação exige a luta frentista antiimperialista, e serão a mobilização das massas e o fortalecimento do partido revolucionário que possibilitarão sua efetivação.

Revolução Nacional



O governo FHC, antinacional e antipopular, entrega o país ao imperialismo e ataca a vida dos trabalhadores.

Lutemos para construir uma  
**FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTIIMPERIALISTA**

Em defesa dos estatutos contra a privatização  
Em defesa da aposentadoria e previdência  
Em defesa da estabilidade para todos os trabalhadores  
Nenhum imposto sobre os assalariados  
Por um salário mínimo de 750 reais

**Abaixo o Plano Real!  
Fora com a Reforma  
Constitucional entreguista!**

Palestra e debate

Domingo, 26/03/95, às 16 horas  
Local: Rua Clélia, 884 - Lapa - São Paulo

Tendência pelo Partido Operário Revolucionário

**MASSAS**



## Uma tendência grevista

# Defender a unidade dos trabalhadores contra o Plano Real

Os trabalhadores têm mostrado disposição à luta. A onda grevista iniciada no final do ano em São Paulo não foi quebrada nos primeiros meses de 95. Os operários têm reagido a enorme expropriação dos salários e paralisado as fábricas. Porém, ainda não conseguiram romper o cerco dos movimentos corporativistas, limitados ao local de trabalho. Essa característica das greves é imposta pela política das direções sindicais, da diretista Força Sindical até a CUT reformista. Essa tem sido uma das grandes causas da derrota econômica de várias greves. Isso porque o patronato e o governo agem centralizadamente para impor as medidas de arrocho e expropriação do Plano Real e os trabalhadores resistem de forma dispersa (local de trabalho) à imposição de tais medidas.

Um dos exemplos foi a greve de 17 dias dos 1800 metalúrgicos da Fag, que iniciou porque os patrões oferecem um abono diferenciado. Foi julgada abusiva (ilegal) pelo Tribunal Regional do Trabalho e, mesmo assim, resistiu por mais alguns dias. A direção dos metalúrgicos de São Paulo (FS) suspendeu o movimento mediante um abono parcelado, 40% de antecipação do 13º salário e 5,18% de

complementação da antecipação do IPC-R. Por outro lado, haverá a compensação de 6 dias da greve e o desconto do restante.

Nem bem tinha acabado a greve na Fag já iniciava outra na Texima, uma metalúrgica com 700 operários que paralisou em busca da reposição do IPC-R e por aumento Real. Os dois mil operários da Lorenzetti marcaram assembleia porque reivindicam o acordo fechado com a Continental. Em Piracicaba, os operários da Caterpillar cruzaram os braços em protesto aos critérios utilizados pela empresa na participação dos lucros, que favorece os funcionários de escritório e não os da produção.

No ABC, os trabalhadores metalúrgicos da Jean Lieutaud estão já a oito dias de greve e uma parcela se encontra acampada na frente da fábrica. A reivindicação é o pagamento do salário de fevereiro. A greve na Papaiz durou 4 dias e se encerrou com o acordo de abono de 80 reais, cesta-básica para maio e 60 dias de estabilidade. Os operários da YKK ficaram paralisados por 11 dias e acabaram aceitando a proposta do TRT de 5% de antecipação e um abono de 30 reais. Na Vigorelli, o movimento grevista de 6 dias conseguiu arrancar 10% de abono e o fim da contratação do tempo determinado. Na Proema, os operários em greve reivindicam transporte, restaurante etc.

Dois outros setores também se mobilizaram. Os portuários de Santos, que paralisaram três dias exigindo as perdas relativas à URP de 89 e os rodoviários do Rio de Janeiro. Apesar da enorme combatividade dos piqueteiros, que impediam a circulação de ônibus na cidade, e a forte repressão policial, o movimento foi suspenso sem que as reivindicações fossem

totalmente atendidas.

Como se vê, esse pequeno quadro de algumas greves, no mês de março, atestam a disposição dos trabalhadores para arrancar perdas salariais. Porém, a conduta das direções é sempre a mesma, basta verificar a condução das greves no ABC (CUT) e as de São Paulo (Força Sindical). Os movimentos ocorrem ao mesmo tempo e as direções os quebram pelo isolamento. A vitória dependeria de ações centralizadas por parte dos trabalhadores. Ao invés disso, as direções canalizam a resistência operária ao árbitro do TRT. As burocracias sindicais, ao se colocarem contra a unidade grevista, para derrubar de conjunto as medidas de arrocho do Plano Real, acabam servindo de sustentáculo de um Plano que visa atender aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro.

O isolamento das greves é a forma que a burocracia sindical encontrou para conter a pressão das bases, que reivindicam perdas salariais e, ao mesmo tempo, não se chocar com as medidas neoliberais do Plano Real. O caráter embrionário do Partido Operário Revolucionário é um obstáculo para que as massas possam romper com essa política imposta pelas direções. A construção do Partido, sua intervenção sistemática na classe, é uma tarefa urgente para o avanço da consciência do operariado e para varrer os traidores dos sindicatos e centrais sindicais.

**Contribua com a Campanha Financeira e de Solidariedade ao companheiro R. Carrasco, militante do movimento estudantil boliviano, acidentado por causa da repressão do reitor Ramos. Maiores informações com o distribuidor deste jornal.**



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Nacional



# Burguesia dividida emperra reforma entreguista

O maior obstáculo para a efetivação do plano antinacional e antipopular do governo tem sido a própria divisão da burguesia e de seus partidos. A cada tema debatido entre governo e partidos surgem divergências. As frações burguesas sabem que a aplicação do plano neoliberal vai destruir uma parte da economia. Negociam para fazer com que as quebras aconteçam primeiro e com mais força em outros setores, não nos seus.

Assim o PFL rejeita uma reforma fiscal ampla e imediata. As frações oligárquicas do norte e nordeste temem o fim das Sudene, Sudenor, a redução dos orçamentos aos estados e municípios etc. Essas frações têm peso decisivo no parlamento, e conseguiram fazer o governo recuar, adiando a maior parte da reforma fiscal para 1997.

Uma parte da burguesia baseia seus lucros nas negociatas ao redor da previdência. O governo enviou uma medida provisória que permitiria a utilização de recursos da previdência para cobrir gastos da União e a emenda ficou paralisada no Senado. Novamente, o governo teve que voltar atrás diante da resistência oligárquica.

As contradições entre os interesses oligárquicos acabou rachando o partido de FHC em vários pedaços. O

presidente do PSDB, Pimenta da Veiga, foi obrigado a se demitir diante da resistência do ministro Sérgio Motta em não se desligar da secretaria geral do partido. Pimenta da Veiga queria dar o cargo a um ex-PFL, ligado às oligarquias regionais. Motta insistiu que só sairia se o cargo fosse ocupado por um paulista, expressando os interesses da FIESP. A importância do controle sobre o aparelho partidário está na atuação da bancada governista nas votações da reforma constitucional e na preparação da atuação nas eleições de 1996. O PSDB tem 1 milhão e 200 mil reais de sobras da campanha presidencial. Apesar de ser o partido do presidente, tem uma bancada reduzida. Motta e Veiga divergiam sobre como enfrentar essa situação. Veiga defendia uma ampliação rápida do partido, com a incorporação de setores oligárquicos. Motta receava pela perda de controle de São Paulo para os nordestinos.

A divisão do PSDB também ocorre em São Paulo. O governador Mario Covas quer liberação para empréstimo de 450 milhões tomado no exterior para obras no Tietê. Na verdade o dinheiro vai ser usado para cobrir o rombo do orçamento do estado. Mas o ministro Malan quer o dinheiro como parte do pagamento da dívida de São Paulo com o governo. Por trás de ambos está o imperialismo, que

ficará com o dinheiro seja pelas mãos do governo federal, seja do estadual.

O PMDB está completamente dividido. Até Quércia e Fleury brigam pelo controle da máquina e das bancadas de deputados.

A divisão interburguesa favorece o avanço da luta operária. Mas as organizações de massa, sob controle do reformismo, estão atuando no sentido de evitar o confronto de classe. A situação mostra que estão dadas todas as condições para o avanço do movimento, aproveitando as divisões no campo inimigo. Falta a direção política capaz de liberar as tendências de luta das massas e dar-lhes expressão política. Quer dizer que falta o Partido Operário Revolucionário estruturado e com inserção na classe. Impulsionar a luta direta é o caminho para que as massas percebam a necessidade da construção desse partido e da luta anti-imperialista e anticapitalista.

Nacional



## A democracia pró-imperialista não tem muito o que comemorar

Em março de 1995, faz 10 anos que a ditadura militar foi substituída pela mutilada democracia burguesa. Tal data foi motivo de debate sobre as vantagens e desvantagens do regime democrático. Tomando por base dados econômicos e sociais, foi demonstrado alguns retrocessos em áreas essenciais.

Em 1985 a mortalidade infantil era de 56 por 1000, já em 1995 saltou para 68 por 1000. O salário mínimo que era de 80,46 dólares foi reduzido para 79,54 dólares. O investimento da educação foi diminuído de 6% do Orçamento da União para 2,7%. Um dado surpreendente foi que em 1985 a população consumia 62 milhões de aparelhos de rádio e agora só 30 milhões, e a televisão que era 26 milhões praticamente ficou estacionada em 26,2 milhões. A dívida externa de 81,3 bilhões de dólares saltou para 145,7 bilhões de dólares. Enquanto a população crescia 1,93, os leitos de hospitais permaneciam quase que os mesmos de 1985, que eram 3,3 para cada mil habitantes. O mesmo ocorrendo com o número de médicos, de 1,22 para cada mil habitantes em 1985 e 1,56 para cada mil habitantes em 1995.

Nesse mesmo sentido foram apresentados alguns "avanços", como o aumento da expectativa de vida

etc. Porém, os avanços sociais são totalmente insignificantes. Os dados mostram que as condições de vida das massas se deterioraram gravemente.

Frente a esses dados, os reformistas do PT, a exemplo de Aloísio Mercadante, argumentaram que o fundamental foi a conquista da democracia. Explicou-se que está havendo uma evolução política que no futuro próximo será capaz de reverter esse quadro de tragédia social. Houve aqueles que chegaram a dizer que na época da ditadura militar não existia corrupção e as massas viviam melhor, acenando com a necessidade do retorno do regime totalitário.

Essa comemoração dos 10 anos de abertura serviu para que os partidos da burguesia saíssem para convencer as massas de que qualquer forma a solução terá de vir pela democracia. O difícil é convencer os explorados diante dos dados sociais tão adversos. Trata-se de uma falsa discussão se é a democracia ou a ditadura que solucionará a crise social. Ambos são regimes da burguesia a serviço da ditadura de classe dos capitalistas para explorar o trabalho. Para o proletariado e as massas, a verdadeira solução está na destruição do capitalismo através da revolução proletária e edificação da sociedade sem classes, socialista.



# A campanha de legalização do PSTU

Já fizemos uma crítica à visão eleitoral-democratizante de como o PSTU pretende se legalizar e de como pretende se construir utilizando-se da campanha de legalização. Entretanto, o problema merece um maior desenvolvimento.

A reunião nacional do PSTU, realizada no início de fevereiro, decidiu acelerar o processo de obtenção do registro legal na justiça eleitoral, concentrando toda força da militância na cata de assinaturas de filiação. Uma das conclusões da reunião nacional é de que o PSTU não deveria se ater aos onze estados onde a campanha está sendo feita, devendo se estender amplamente.

Ligada à campanha de legalização e coleta de filiados, como exige a antidemocrática lei eleitoral, a direção do PSTU vem desenvolvendo a idéia de "construir um novo partido de esquerda no Brasil", que, segundo ela, seria "diferente do PT e do PCdoB". O vago conceito de "novo partido de esquerda" é uma máscara para o conteúdo radical democratizante de suas posições políticas, que se diferencia apenas em grau do reformismo petista, mas não em essência. Tanto é que está se utilizando dos mesmos métodos da construção inicial do PT, ou seja, um partido baseado em núcleos totalmente heterogêneos, despolitizados, puramente ativistas e descomprometidos com

os fundamentos marxistas (leninista-trotskyistas) do programa da revolução proletária. Trata-se da negação da estrutura leninista partidária, baseada na rede celular, no centralismo democrático, no trabalho ilegal e legal, ou seja, num partido conspirativo revolucionário capaz de se constituir em instrumento da insurreição armada das massas exploradas.

Não é por acaso que prevalecem o exitismo e a falta de rigor programático ao PSTU. Um exemplo disso é quando o PSTU fica exaltado com a filiação de alguns dirigentes sindicais e de sem-terra, que estabelecem um vínculo não com um programa da revolução e ditadura proletárias e sim com o esquerdismo democratizante substituto do PT.

Na sua última avaliação, de fevereiro, o jornal do PSTU diz exultante: "Com a conclusão das filiações em cinco estados, dos nove que precisamos, para legalizar o Partido, nossa campanha ganha novo ritmo". E conclui que alcançará a meta imposta pela legislação burguesa, que dá o prazo de até 8 de junho. Vemos assim que o PSTU encara as exigências draconianas como um obstáculo a ser resolvido simplesmente pela capacidade de cumpri-las à risca.

## O problema da legalização do partido revolucionário

Não podemos negar a necessidade de se travar a luta no campo da legalidade burguesa. O esquerdismo sectário e o anarquismo é que rechaçam toda e qualquer participação nos processos eleitorais e no parlamento. Não é o caso dos marxistas, que intervêm taticamente para emancipar os explorados das ilusões na democracia burguesa, incucadas pela burguesia.

Se é assim, não desconsideramos a importância da legalização do partido, sem a qual não se tem como intervir nas eleições. Entretanto, é preciso ter claro em que condições se legaliza o partido.

É inadmissível que para se obter a legalização se faça todo tipo de concessão ao Estado burguês. Acusamos que esta tem sido a conduta leviana do PSTU, quando forma as brigadas para preencher todos os requisitos, que acabam transformando o partido em refém da legalidade capitalista.

O PSTU não mexeu um dedo contra a camisa de força da lei partidária e eleitoral totalitária. Pouco importa para seus dirigentes se terão de expor toda a fileira do partido ao conhecimento dos ferozes inimigos dos revolucionários, que cedo ou tarde terão de se confrontar com o golpismo, com um "pinochetismo" brasileiro. Pouco importa a esta corrente centrista se está negando o não a natureza conspirativa do partido.

Não vemos por esse prisma o problema da legalização. Esta está subordinada a que o partido não tenha de se desfazer de sua estrutura clandestina, do seu programa e de seus métodos. Tal pressuposto quer dizer que a legalização deve ser o resultado da luta contra as imposições totalitárias do Estado. Somente os corrompidos não acham totalitária a legislação partidária no Brasil.

Antes de qualquer medida de legalização, é preciso travar a luta pelo irrestrito direito de participar nas eleições mediante uma simples inscrição. Somente a mudança da correlação de forças entre o proletariado e a burguesia poderá permitir que o partido revolucionário possa participar legalmente nas eleições sem ter de se submeter à força da burguesia.

Para isso, o partido terá de pacientemente se desenvolver no seio do proletariado com o programa e os métodos revolucionários. Dada a tremenda despolitização das bases do PSTU e da convivência festiva, certamente a militância não deve ter discutido esse problema tão crucial para o futuro da revolução.

## O estalinismo desemboca na corrupção

Já passou algum tempo, mas ninguém se esqueceu de que o Congresso Nacional inventou uma anistia para Humberto Lucena, acusado e condenado pela própria justiça burguesa. Esse velho político da oligarquia nordestina é um dos chefes do PMDB, que como Quéricia, Fleury e muitos outros formam uma verdadeira quadrilha de assaltantes do dinheiro público.

Pois bem, os parlamentares do PCdoB estalinista votaram a favor da anistia, que depois foi referendada pelo Presidente da República. A defesa do corrupto Lucena feita pelo PCdoB se baseou na

caracterização de que este é um patriota, que se coloca a serviço da soberania nacional. Os estalinistas não têm nenhuma vergonha mesmo de compactuar com as velhas raposas inimigas da classe operária.

O homem que o PCdoB diz ser antiimperialista está a favor do Plano entreguista de Fernando Henrique Cardoso. Além de tudo, livrou-se da cassação do seu mandato com o voto conjunto do PFL ao PCdoB. Vemos assim como o estalinismo que sempre difamou o trotskismo desembocou na corrupção burguesa.

Nacional



# O apoio de Causa Operária à Frente Popular

Não tivemos a oportunidade de ler o balanço das eleições de 3 de outubro da corrente Causa Operária. Porém, tardiamente tivemos acesso ao seu jornal de 1/ de novembro de 1994, em que faz uma análise no artigo "Frente Brasil Popular: Fracasso eleitoral e capitulação política". Achamos na obrigação de criticar o conteúdo de seu balanço, ainda que distante dos acontecimentos, principalmente porque Causa Operária apoiou eleitoralmente a Frente Brasil Popular, com a bandeira de "Vote em Lula, por um governo das organizações operárias e camponesas".

O artigo procura focar o fracasso eleitoral da Frente Popular e encontrar as razões. Considera como essência da explicação "a capitulação (do PT) diante da ofensiva da burguesia contra as condições de vida e os direitos democráticos das massas com o objetivo de obter um meio de decisiva importância para superar (...) a sua gingasteca crise política e da economia capitalista nacional". No mesmo sentido, mostra que em todo período eleitoral a Frente Popular trabalhou abertamente na contenção do movimento grevista. O que demonstrou a capitulação da Frente Popular perante o Plano Real. Finalmente, é preciso dizer nesse resumo que Causa Operária assinala que "o que fracassou foi a estratégia democratizante de procurar derrotar a burguesia no terreno eleitoral e no marco das instituições do próprio regime político burguês".

Esses aspectos não podem ser negados. O POR realizou um longo balanço, em que trata cuidadosamente o fracasso da Frente Popular em um folheto intitulado "A crise capitalista no Brasil e o fracasso da Frente Popular". Diferentemente de Causa Operária, PSTU etc, o POR se posicionou e fez campanha entre as massas pelo voto nulo programático.

## Uma falha fundamental do balanço de Causa Operária

O que a direção de Causa Operária não explica em seu balanço é se foi um acerto ou um erro apoiar eleitoralmente a Frente Brasil Popular. A omissão neste ponto é total.

Se a Frente Popular quebrou as greves, colaborou com o Plano Real, evitou a polarização política com o candidato do grande capital e, especialmente se colocou numa posição pró-imperialista diante da opressão nacional, foi correto chamar o voto na Frente Popular? Se Causa Operária fizesse um balanço sério, crítico e auto-crítico, teria de reco-

nhecer que capitulou diante das pressões de uma parcela da pequena-burguesia ao se posicionar pelo voto em Lula.

O problema é que Causa Operária omite em seu balanço um conteúdo decisivo para caracterizar a Frente Brasil Popular. São dois aspectos. O primeiro, é que a Frente Brasil Popular assumiu posições pró-imperialistas, por isso compactuou com o Plano Real e sufocou o ascenso grevista. A sonegação desse conteúdo serve para mascarar a caracterização de Causa Operária de que se tratava de apoiar Lula para ajudar as massas a fazerem a experiência com a candidatura operária contra a candidatura do grande capital. O segundo, foi a omissão da corrupção econômica em que o PT esteve imerso. Antes mesmo de explodir o escândalo do apoio financeiro da Odebrecht, OAS, Itaú etc, todos sabiam que o PT se nutria das contribuições dos capitalistas, a ponto de ter na presidência da comissão de finanças o burguês Ermerison Kapaz, hoje secretário do governo Covas (PSDB). Causa Operária não fala nada sobre esse assunto. Foi correto o voto num partido claramente apodrecido pela corrupção financeira da burguesia?

## Uma outra omissão necessária

O leitor se surpreende com o balanço de Causa Operária ao não encontrar nenhuma linha sobre os 30 milhões de votos nulos, brancos e abstenções. O artigo apenas reproduz, num cantinho, o resultado dos números, em que aparece nos quadrinhos a rejeição de milhões de pessoas ao conjunto dos partidos burgueses, incluindo o PT. É importante ou não este extraordinário fenômeno político de rechaço dessa ampla camada de trabalhadores contra o corrupto processo eleitoral?

Se é importante, e sem dúvida é, por que é que a direção de Causa Operária fez de conta que nada representou? Em realidade, os votos brancos, nulos e abstenções se constituíram no mais importante aspecto político. Representou uma tendência das massas de não se submeterem, de um lado, ao candidato do grande capital e, de outro, de não apoiarem a Frente Brasil Popular, claramente identificada com a burguesia. É preciso reconhecer que nenhuma corrente previu tamanha avalanche, embora todos nós soubéssemos que seria expressivo o número de votos nulos, brancos e abstenções. Mas o fundamental é que o instinto de rejeição

das massas às manobras burguesas e do reformismo estava evidente. Tanto é que a Igreja tirou como orientação fazer uma campanha sobre a importância do voto para a democracia. Se se considera que os 30 milhões de votos foram superiores aos 17 milhões de Lula e próximo aos 34 milhões de Fernando Henrique Cardoso, se se considera que a Câmara de Deputados foi eleita apenas com 26% dos votos do universo de 94 milhões de eleitores, verificamos a tremenda importância política da rejeição das massas em serem encabrestadas pela demagogia eleitoralista.

Causa Operária nega-se a olhar para a realidade para evitar que esta denuncie seu seguidismo esquerdista à Frente Popular. Logo vemos que o balanço também omite uma avaliação se foi correto ou incorreto a defesa do voto nulo programático realizada pelo Partido Operário Revolucionário. Em nossa análise, ao contrário de CO, explicamos todos os aspectos, realizamos uma crítica fundamentada à capitulação dos pseudo-trotskistas diante da Frente Popular (PSTU, CO etc). Demonstramos que a campanha do voto nulo programático se contrapôs tanto à candidatura do grande capital quanto à de Lula, adaptada a posições pró-imperialistas. E que esteve de acordo com as tendências mais profundas das massas à independência de classe expressa nos milhões de votos nulos, brancos e abstenções. Somente uma conduta anti-marxista e politicamente covarde, refletida no balanço de CO, pode sonegar a importância decisiva desse fenômeno para a elaboração da tática revolucionária.

Nacional



## O POR Boliviano é Nacionalista?

### Resposta aos adversários do Trotskismo

Uma série de artigos sobre os acontecimentos na Bolívia em 1952 e sobre a polémica ao redor da bandeira de "Todo Poder à COB". Adquirá com o distribuidor deste jornal.



# Banespa: Reformismo capitula à intervenção privatizante

A intervenção no Banespa colocou a nu a política de colaboração de classes do reformismo e sua linha de sustentação do governo de FHC.

A intervenção no banco, produto do descalabro de sucessivos governos do PMDB, tem como principal objetivo o enjugamento do banco, o fechamento de agências, a demissão de centenas de funcionários, o equacionamento das dívidas para enfim efetivar o processo de privatização.

Desde o primeiro dia da intervenção, o reformismo (PT-PCdoB) e o centrismo (PSTU) tiveram como única estratégia a pressão parlamentar, as negociações de bastidores com o governo Covas e os interventores do Banco Central, assim como a constituição de uma CPI na assembléia legislativa para a investigação da situação do banco.

No fundamental, colocaram o movimento a reboque das diversas

frações capitalistas, que usufruíram enormes lucros nos últimos anos e que se hoje se colocam contra a privatização estão apenas defendendo a manutenção da situação atual.

A assembléia banespiana de 02/03/95 mostrou isso claramente. O deputado estadual Jamil Murad (PCdoB) defendeu que se procurasse a FIESP e o PNBE, que sem dúvida seriam contrários à privatização do banco, porque usufruem de diversos privilégios e negociatas.

Ivan Valente (PT) disse que os setores fisiológicos da agricultura e da indústria são os aliados principais, porque realizam negociatas com o banco e irão defendê-lo.

O PSTU de Mauro Puerro não ficou atrás de seus colegas. Afirmou que devemos nos aliar a qualquer setor para realizar qualquer ação em defesa do Banespa.

Ninguém falou nada sobre mobilizar os bancários ou fazer uma greve contra a intervenção privatizante. A política dos reformistas desrama os bancários e abre caminho para a privatização do Banespa.

CPI termina em "pizza", como temiam o PT e o PSTU

A votação do relatório da CPI do Banespa resultou na absolvição e no

atestado de honestidade a Fleury, Quércia e o governo federal. Pede que o Banco Central resolva o problema da dívida do banco.

A CPI não apontou a responsabilidade dos governadores, que são responsáveis diretos por um terço da dívida do banco, e avalizaram o restante para "amigos". Nem que o próprio interventor Altino Lima foi que autorizou os empréstimos sem garantias, em nome do Banco Central.

O governador Covas já admite a privatização gradual do Banespa. O acordo está sendo fechado em Brasília, e os reformistas que dirigem os sindicatos nem estão sabendo. Deram toda a cobertura para a intervenção ao rechaçarem qualquer proposta de greve e insistirem na imploração a Covas e à CPI quercista. As demissões e fechamentos de agências vêm aí. Só a luta unitária dos bancários pode reverter a situação. Essa luta precisa ser colocada para o conjunto dos bancários públicos e para o funcionalismo, na perspectiva da luta nacional de massa contra o plano neoliberal entreguista. Se os bancários não lutarem, serão esmagados pelo governo, sob as choramingas do reformismo impotente.

Nacional



## Os patrões de papel e papelão esmagam os operários e a Força Sindical os ajuda

De acordo com os dados divulgados na imprensa burguesa, pelos próprios patrões do ramo de papel e papelão, seus lucros foram da ordem de 70% em relação ao ano de 1994, somente nos últimos três meses. Entretanto, na data base, de outubro de 94, os operários papeleiros tiveram uma miserável reposição do IPC-R de 19,05%, descontando as antecipações. Agora, no mês de fevereiro, receberam uma insignificante antecipação de 7,5%. Logo vemos que toda a penúria dos trabalhadores tem sua causa na superexploração do trabalho. Por isso, os capitalistas acumulam mais riquezas e os operários mais misérias. Essa é uma lei de funcionamento da sociedade de exploração do trabalho. O problema está em que a direção do sindicato, que é da Força Sindical, se uniu aos patrões para impor essa migalha de reajuste. A saída só pode ser a da organização e luta do movimento operário. No caso de papel e papelão é preciso expulsar os pelegos traidores da direção do sindicato.

## Em defesa dos moradores da Vila Pantanal

As chuvas torrenciais de janeiro e fevereiro atingiram frontalmente as famílias operárias que vivem em favelas e em bairros sem nenhuma infra-estrutura. Tem sido comum os deslizamentos e soterramento de famílias inteiras. Certamente a culpa não é da natureza, mas do capitalismo que obriga a maioria trabalhadora a viver pendurada nas encostas e enfiada na beira dos córregos.

O caso do alagamento da Vila Pantanal, na zona leste, é um exemplo mais claro do que o sistema de exploração do trabalho tem a oferecer àqueles que produzem a riqueza da nação. Centenas e centenas de famílias tiveram que dormir praticamente dentro da água imunda e contagiosa. A maioria que ganha uma média de 70 reais não teve onde se socorrer. Além disso perderam grande parte das humildes posses.

Além dessa tormenta, os moradores estão ameaçados pela repressão malufista. O movimento operário e popular deve se mobilizar em defesa de que o governo reponha todas as perdas, indenize as famílias e solucione definitivamente o problema de uma moradia saudável. Esse é o ponto de partida para a luta mais geral contra o capitalismo.



# As quatro ações do Ministro da Educação

O Ministro da Educação, Paulo Renato, tem feito alarde com as medidas a serem implantadas na rede pública de ensino. Como ex-funcionário do Banco Interamericano, da ONU e ex-secretário da educação em São Paulo, o novo ministro assumiu o mesmo compromisso do Plano Decenal de reduzir as altas taxas de evasão e repetência escolar, traçado pelos organismos internacionais. Pretende materializar as metas aprovadas na Conferência Mundial de Educação, que teve como patrocinador o Banco Mundial.

Em nome da qualidade de ensino propõe resolver os altos índices de repetência e evasão. Para isso, estabelece 4 ações básicas: 1) criar um currículo mínimo nacional; 2) produzir materiais didáticos de melhor qualidade; 3) criar um sistema de treinamento de professores; 4) estabelecer um sistema de televisão para educação básica, estimulando as empresas privadas na educação à distância. Para medir o desempenho criará os exames nacionais, avaliação anual dos alunos e desempenho das escolas. Os resultados seriam divulgados. Diz o Ministro: "Queremos com isso fazer do 1º grau motivo de conhecimento e debate públicos". Quanto aos recursos, diz que enviará diretamente para as escolas e não mais via governos. O que leva a crer que reconhece a fabulosa corrupção das verbas públicas.

Como se vê, o Ministro da Educação não traz nada de novo. O problema da evasão e repetência vem à tona pelo governo porque o Banco Mundial pressiona em relação aos gastos com os alunos que permanecem 12 anos no 1º grau em vez de 8. A repetência onera o Estado e inviabiliza resolver os altos índices de crianças que ainda permanecem fora da escola. Trata-se de uma medida administrativa para corrigir os custos e, ao mesmo tempo, resolver o problema do analfabetismo.

O problema da evasão e repetência está ligado às condições materiais de vida da maioria das famílias trabalhadoras. As crianças abandonam as esco-

las porque estão sendo empurradas para o mercado de trabalho. Um país onde o desemprego atinge mais de 10 milhões de famílias, onde o salário mínimo de 70 reais não compra nem a cesta de comida, onde 42 milhões de pessoas estão vivendo na mais absoluta pobreza, tem reservado às crianças unicamente o abandono das escolas e o trabalho escravizador. Os dados de que 16,9% das crianças de 10 a 14 anos já trabalham servem de exemplos para explicar os altos índices de evasão e repetência.

Em relação às verbas que são destinadas ao ensino público e que não chegam às escolas é uma questão que atinge unicamente aos governos e seus comparsas, envolvidos em uma estrondosa corrupção. O Estado burguês é assentado nessa vasta rede de sonegadores e corruptos. Fernando Henrique Cardoso e seus ministros não poderão pôr fim a esses males do capitalismo, porque implicaria em destruir o seu próprio Estado e a classe dominante que o sustenta.

Por outro lado, a solução do ensino à distância para reciclar o professorado já foi largamente experimentada no Brasil. Os projetos como o "Ipê" que visava melhorar a qualidade do ensino demonstraram seus fracassos. A qualidade do ensino está diretamente ligada às condições de salário e trabalho. Não é possível falar em melhoria da qualidade das aulas com um professor recebendo menos que um salário mínimo ou mesmo os 200 dólares anunciados pelo Banco Mundial. A exigência do piso nacional de 800 reais por 20 horas semanais de trabalho é condição elementar para a melhoria da qualidade de ensino.

Nesse sentido, dizemos que o Ministro da Educação impõe uma reforma para atender aos interesses dos organismos internacionais e não para solucionar os graves problemas da educação pública. A essência de tais mudanças é abrir o caminho para a privatização do ensino, que se materializa na educação com as parcerias. O

governo, diante das minguadas verbas, pressiona a empresa privada a assumir em parceria com o Estado as escolas. O que está por traz das 4 ações do novo ministro da educação é "descentralizar", através da municipalização e, como a maioria dos estados e municípios estão falidos, a via governamental é de intensificação das parcerias com as empresas privadas.

A evasão e repetência são consequências também de um ensino imposto pela classe dirigente. Enquanto se manter a divisão entre a teoria e a prática, entre o fazer e o pensar, próprio do sistema econômico capitalista, a escola permanecerá como repetidora e mecanicista. A unidade entre a teoria e prática se faz com a participação efetiva dos alunos na produção social, não para serem escravizados, mas como elemento fundamental para o entendimento da realidade, das leis que regem o sistema econômico e como potencial para o desenvolvimento da ciência. Nesse sentido, a defesa da estatização de todo o sistema escolar, a autonomia integral de ensino e a escola voltada à produção social são reivindicações que se chocam com os interesses do Estado privatista e potenciam os alunos e educadores na tarefa de propor verdadeiramente as soluções para uma educação decadente.

Educação



## A Reforma Constitucional atinge diretamente o professorado

Faz parte da Reforma Constitucional o fim da aposentadoria especial de 25 anos para as mulheres e 30 para os homens. Para o governo, os professores têm se aposentado muito cedo, quando poderiam trabalhar até aos 60 ou 65 anos. O governo é incapaz de ver que a maioria do professorado tem como piso salarial menos de 2 salários mínimos, a jornada de trabalho e quase sempre superior a 40 horas semanais, que as

salas de aula estão superlotadas, que as condições de trabalho são péssimas etc. Nessas condições, já é extremamente penoso se aposentar com 25 ou 30 anos de trabalho.

Por outro lado, acena com o fim dos 25 anos para as mulheres. O contingente feminino se constitui a maioria de nossa classe. A essa grande parcela do professorado, a sociedade capitalista impõe a dupla jornada de trabalho, fon-

te de opressão sobre a mulher. O tempo menor de aposentadoria para a professora é uma reivindicação democrática.

As direções da Apeoesp e CNTE insistem na pressão parlamentar, deslocada da mobilização da classe. Para isso, retomam as

caravanas à Brasília. Acreditam que a visita dos professores aos gabinetes dos deputados poderá demover tais parlamentares de suas posições favoráveis à extinção. Esse método foi largamente explorado na época da LDB e os resul-

tados demonstram que essa via só serve para rebaixar nossas reivindicações. O professorado de todo o país deve rechaçar essa conduta da direção e aprovar o caminho da luta direta contra o Estado que impõe o fim de conquistas

históricas dos trabalhadores. Ganhar às ruas e buscar a unidade grevista com os demais trabalhadores são passos decisivos para combater essa Reforma antinacional e antipopular.

## A hora-aula em São Paulo é de 1,41 real.

### Covas decreta mais arrocho salarial

### A resposta do professorado é a greve.

O governo Covas iniciou seu mandato impondo o parcelamento dos salários do funcionalismo. Em seguida, anunciou que era impossível reajustar os salários, pois o estado estava com uma dívida de 50 bilhões de dólares. Acusou Fleury de endividamento e de inserir empresas dos impostos. Por último, acusou-o de não recolher o ICMS de postos de gasolina e outros setores, durante 15 meses. Como se vê, é sempre a mesma ladainha. O governo que entra acusa o que sai. Mas todos estão unidos na mesma tarefa de impor o

mais brutal arrocho ao funcionalismo.

A diretoria da Apeoesp já fez várias reuniões com o governo e os resultados têm sido sempre nulos. Covas propõe uma Comissão Técnica para estudar as perdas do professorado e apresentar um plano de recuperação. Fala em até 90 dias para concluir esse trabalho. Ao mesmo tempo, o próprio governo diz que qualquer medida só virá no segundo semestre. As negociações da direção com o governo se esgotaram. Como pressionar de fato?

As reuniões realizadas nas regiões de São Paulo apontaram para o caminho da greve. Sem a paralisação das escolas o governo pouca pressa terá em atender as reivindicações. Nesse sentido, a Assembléia do dia 17 de março deverá aprovar a greve, pois Covas está irreductível. Necessariamente, a greve terá dois eixos centrais: de um lado a luta pela reposição salarial e a defesa

das conquistas históricas ameaçadas pela Reforma Constitucional.

A vitória desse movimento dependerá da unidade grevista com o funcionalismo e com os demais trabalhadores. Isso porque se trata do combate à política neoliberal, materializada no Plano Real e na Reforma Constitucional. É por isso, que defenderemos: 1) Que o Consesp organize a Assembléia geral do funcionalismo; 2) comandos unificados; 3) manifestações conjuntas com os demais trabalhadores; 4) que a CNTE organize de fato a mobilização nacional dos trabalhadores em educação; 4) Que a CUT prepare imediatamente a campanha nacional de luta, na perspectiva da greve geral, em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores e contra as medidas antinacionais e antipopulares.

Educação



### Movimento Estudantil – Fortaleza

## Para combater a destruição da Universidade é preciso uma política revolucionária.

A mobilização dos estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em torno da abertura do restaurante comprova até que ponto o ensino está sucateado. Esta adversidade é o resultado de uma política deliberada dos governos de liquidar com o ensino público e gratuito. O golpes contra a educação começam com o governo federal e se prolonga nos governos estaduais. Em nosso estado, Ceará, a administração do PSDB está primando por levar às últimas consequências as exigências privatizantes do Banco Mundial, FMI etc.

Com o corte de verbas, esse governo capacho, através do Reitor interventor, Petrola, mutila o que resta da sucata. A redução do quadro de professores, realização de limitados concursos para substitutos com contratos perto do vencimento e atraso no pagamento do reduzido número de bolsas, que mal dão para o essencial, retratam a política reacionária da burguesia decadente. Não é preciso falar das coisas mais elementares como a falta de livros na biblioteca.

A disposição dos estudantes de iniciarem o ano letivo exigindo a abertura do Restaurante Universitário (RU) indica que não se pode mais admitir o avanço da destruição do ensino público e gratuito. Porém, nem bem as bases começam a dar os primeiros passos e o problema da direção política vem à tona. Os dirigentes do DCE, Causa Operária, logo pisaram em falso, admitindo a constituição de uma Comissão com a presença do Reitor, que como dissemos é um preposto de Tasso Jereissati, além de se negarem defender a bandeira de fim das taxas, munindo-se do caminho mais fácil que é a defesa do congelamento.

Pode-se argumentar que, para a situação, o congelamento é mais tático. Tal argumento não seria de todo falso se não fosse um aceno para o Reitor da disposição da direção de praticar um "sindicalismo de resultados" ou "de negociação". O congelamento poderia ser tático se estivesse apontando a perspectiva do fim das taxas. Mas CO contrapôs as duas reivindicações, mostrando que rejeita a luta pela gratuidade.

Como comprovamos essa grave acusação? Desde o momento em que a direção, Causa Operária, admitiu a comissão mista com o poder burocrático da Universidade, assinalou fraqueza colaboracionista. A denominação de "companheiro" para o Reitor é apenas um sintoma da aproximação da direção com a burocracia. Quando toda



a esquerda, inclusive os reformistas e estalinistas, votou por uma comissão independente, eleita na assembléia e com livre indicação pelos estudantes, a direção do DCE, Avançar na Luta-Causa Operária, defendeu a comissão com o Reitor.

Essa experiência inicial com a nova direção do DCE, que ajudamos eleger com apoio crítico, para expulsar os reformistas corrompidos, mostra que sem um programa revolucionário qualquer tendência que chegue à direção do sindicato tende a colaborar, por mais esquerdista que seja em palavras. Justamente porque fizemos uma frente para derrotar a velha direção colaboracionista e frentepo-

pulista, é que temos o dever de combater as atitudes que reproduzam a política anterior de desmoralização do DCE.

A defesa da Comissão independente, soberania da assembléia e fim das taxas são fundamentais. Esta luta concreta deve ser levada a fundo, porém não podemos fazer dela um fim em si mesma. As massas estão diante de um governo pró-imperialista, que as esmaga. Trata-se de trabalhar programática e organizativamente para que o movimento estudantil avance para a luta antiimperialista e anticapitalista.

## Formação Política

### O imperialismo, fase de decadência do capitalismo

V.I. Lenin, em 1916, escreveu uma de suas obras mais importantes de caracterização do capitalismo e das leis da revolução proletária que foi "O Imperialismo, fase superior do capitalismo". Iniciamos uma série de artigos, onde sintetizaremos suas principais explicações e conclusões.

O objetivo de Lenin nessa obra é demonstrar como o capitalismo na sua fase imperialista de domínio e saque da maioria das nações oprimidas, hoje constituídas por semicolônias, chegou ao seu auge de desenvolvimento e, portanto, de desintegração e barbárie social. As correntes de esquerda, que fazem do marxismo uma caricatura inútil, insistem em desconhecer a divisão do mundo entre nações opressoras (imperialistas) e nações oprimidas (semicoloniais).

Esse desconhecimento as inutiliza diante de uma tarefa histórica programática da luta antiimperialista, como parte da estratégia de destruição universal do capitalismo através da revolução proletária. Inclusive por ignorarem os ensinamentos marxistas de Lenin é que combatem a tática da Frente Antiimperialista, apropriada para o desenvolvimento revolucionário nos países semicoloniais.

#### O lugar do imperialismo na história

No capítulo com esse nome, Lenin resume as 4 principais características do imperialismo, para demonstrar que a essência econômica do imperialismo é o capitalismo monopolista. Tome suas próprias palavras.

"Em primeiro lugar, o monopólio nasceu da concentração da

produção, tendo ela atingido um elevado grau de desenvolvimento. Surge então grupos monopolistas de capitalistas - os cartéis, os sindicatos patronais, os trustes. (...) No começo do século XX, eles adquiriram uma supremacia total nos países evoluídos e seus primeiros passos na via da cartelização foram dados, em primeiro lugar, pelos países com tarifas protecionistas muito elevadas (Alemanha, América). A verdade é que esses países em pouco tempo excederam a Inglaterra a qual, com seu sistema de liberdade de comércio, demonstrou o mesmo fato fundamental, ou seja, que os monopólios são gerados pela concentração de produção.

Em segundo lugar, os monopólios conduziram ao controle, cada vez maior, das principais fontes de matérias-primas sobretudo na indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a da hulha e do ferro. O monopólio das principais fontes de matérias-primas aumentou enormemente o poder do grande capital e agravou a contradição entre a indústria cartelizada e a indústria não cartelizada.

Em terceiro lugar, os monopólios desenvolveram-se através dos bancos. Esses que, no início do capitalismo, eram modestos intermediários, detêm hoje o monopólio do capital financeiro. Em qualquer que seja o país capitalista mais evoluído, três a cinco bancos alcançaram a "união pessoal" do capital industrial e do capital bancário, e concentraram nas suas mãos bilhões e bilhões que representam a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. Uma oligarquia financeira que, sem exceção, envolve numa

apertada rede de relações de dependência todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa de nossos dias: tal é a manifestação mais saliente deste monopólio.

Em quarto lugar, os monopólios resultaram da política colonial. O capital financeiro acrescentou aos numerosos "velhos" motivos da política colonial o da luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pela "zonas de influência" - isto é, pelas zonas de vantajosas transações, de concessões, de lucros de monopólio, etc - e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando, por exemplo se sucedia em 1876, as colônias das potências européias representavam apenas a décima parte da África, a política colonial podia desenvolver-se de um modo não monopolístico, sendo os territórios ocupados segundo o princípio, permita-se a expressão, da "conquista livre". Mas quando (cerca de 1900) foram ocupados os nove décimos da África e quando o mundo inteiro se encontrou partilhado, então começou necessariamente a era da posse monopolística das colônias, e, portanto, a era de uma luta particularmente encarniçada pela partilha e "repartilha" do globo"

Por essas 4 características fundamentais do imperialismo verificamos porque na atualidade, depois da 2ª Guerra Mundial, o capitalismo parasitário entra numa etapa de profunda crise histórica, que se converte em maior ofensiva da opressão nacional e de ataque sem precedentes às condições mais elementares das massas mundiais.

educação



## Nordeste

# A verdadeira face do Ceará

Há algum tempo, vem sendo construída, em nível nacional e internacional, uma falsa imagem do Ceará. Poderosos interesses, políticos e econômicos, mostram o pobre estado nordestino como uma "ilha da prosperidade". No entanto, a realidade de milhões de cearenses é totalmente diversa da imagem divulgada pela burguesia.

Dados do Instituto de Planejamento do Ceará (Iplance) revelam aproximadamente, a verdadeira situação. Para uma população de 7 milhões, apenas 1% ou 70 mil têm rendimento acima de 20 salários mínimos. O contingente dos economicamente ativos com 9 anos ou mais de estudos corresponde a 5,3% da população total, ou seja, 371 mil pessoas. Já os analfabetos somam 2,73 milhões, sendo 1,55 milhões na zona rural e 1,18 milhões nas áreas urbanas, o que representa 38,57% dos habitantes.

O Ceará, como qualquer lugar onde impera o capitalismo, só pode se desenvolver acirrando as desigualdades sociais. Prova disso é que 1970 a 1991 a concentração de renda cresceu 5,09%, isto é, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. O número de chefes de família que ganham até meio salário mínimo passou de 25,8% em 1980 a 28,2% em 1991, demonstrando o aumento da exploração.

Esse quadro de decadência e miséria é típico do nordeste brasileiro. Segundo a lei do desenvolvimento desigual e combinado, as forças produtivas estão contidas pelas relações capitalistas de produção, que mesclam, no Brasil semicolonial, o progresso com o atraso secular. Por isso, vemos no Ceará monopólios (grupo Edson Queiroz, grupo J.Macedo, etc) combinando-se com o latifúndio, tecnologia agrícola avançada com a enxada e o arado etc.

Enquanto ocorre uma invasão de carros importados do último tipo para atender os interesses de uma pequena e concentrada classe burguesa e classe média, aumenta a mendicância. Os camponeses expulsos das terras não têm como sobreviver senão como pedintes e subempregados nas grandes cidades, principalmente em Fortaleza. Ao lado dos avançados computadores convive um farto analfabetismo.

Tais desigualdades e combinação do avanço com o atraso refletem a condição de um país semicolonial submetido ao saque imperialista, em que se realiza uma violenta exploração do proletariado e opressão dos demais trabalhadores. A propaganda de um Ceará em via de superação do atraso e da miséria das massas é uma forma do Estado burguês procurar acobertar a verdadeira barbárie imperante. Assim, antes de ser uma exceção, o Ceará confirma, de fato, em suas particularidades, os frutos do capitalismo decadente, que só podem ser combatidos com a revolução e ditadura proletárias.

Nacional



## É necessária uma direção revolucionária no movimento camponês

No dia 23 de fevereiro, realizou-se o 1º seminário do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), com 800 participantes. Um fato tão importante como esse, entretanto foi incapaz de traçar uma linha revolucionária de organização dos camponeses sem-terra contra os latifundiários. Limitou-se a enviar, ao governador do estado, um documento com várias reivindicações, entre as quais o assentamento de 20 mil famílias durante o mandato do empresário-governador Tasso Jereissati.

Tal deliberação revela a capitulação da direção do MST, composta de social-democratas, castristas e

maoístas. Isso porque o método de assentamentos e negociatas com a cúpula governamental subordina a reforma agrária ao Estado burguês, defensor intransigente do latifúndio. E deixa o campesinato desarmado diante da opressão dos latifundiários e capitalistas.

No Ceará há 200 mil famílias de sem-terra, onde 33% da população ainda permanece na zona rural. Só na região do sertão central, em 35 municípios, existem situações irregulares de assentamentos, devido à morosidade das autoridades e ao reformismo da direção do MST. As áreas de conflitos englobam mais de 25 municípios, envolvendo, aproximadamente, 600 famílias. Nos municípios de Isuá e Crateus (região do Serrote) os pistoleiros ameaçam diariamente as famílias enquanto a direção do MST pactua com políticos burgueses e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) celebra missas. O produto da política reformista, do MST e da CPT, foi o assentamento de apenas 7500 famílias em 6 anos. Em tal ritmo a última

família de sem-terra será assentada daqui a 160 anos. O que não pode ser esperado pelos camponeses, que pretendem resolver seus problemas no espaço de uma vida.

A solução da questão agrária, no Ceará e no Brasil, está na aliança operária e camponesa. Isto é, no rompimento com a política pró-burguesa do reformismo, que pretende obter a conta-gota algum pedaço de terra, enquanto a maioria dos sem-terra passa fome. Trata-se de construir uma nova direção baseada no programa da revolução proletária, que organize a luta camponesa pela expropriação revolucionária de todo o latifúndio, que nacionalize as terras e as entregue a quem nela trabalha. Para isso, é urgente formar uma fração revolucionária no campo que impulsione a generalização das ocupações, auto-defesa ativa e os comitês agrários de organização do movimento camponês pela terra.



## Fortaleza

### Realizado o debate Balanço das eleições e 1994 e perspectivas do governo do PSDB

A regional do Partido Operário Revolucionário em Fortaleza realizou um importante debate sobre os resultados das eleições de 1994 e a política pró-imperialista do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Inicialmente houve uma exposição por um militante do POR, que demonstrou o desenvolvimento da crise capitalista e da crise política que se aprofundam. As eleições de nada serviram para superar o quadro de desagregação do Brasil semicolonial. A burguesia está obrigada a desfechar um ataque aberto à vida das massas. A resposta do proletariado é organizar uma Frente Revolucionária Antiimperialista para combater o governo entreguista e os partidos que o seguem. Sem que os explorados se organizem e saiam às ruas, os efeitos catastróficos da política neoliberal as esmagarão, com mais desemprego, arrocho salarial e expulsão dos camponeses da terra.

Esse debate teve como motivo também o lançamento do folheto: "A crise capitalista no Brasil e o fracasso da frente popular", onde se analisa cuidadosamente os resultados eleitorais e as tendências da crise capitalista.

### A quebra do Bancesa

O Bancesa é o 10º banco que fecha desde o início do Plano Real. Com certeza, este não será o último banco a se quebrar. O problema é que os trabalhadores são os mais prejudicados.

O Bancesa foi a pique e está levando para o precipício os funcionários que somente tem garantido o mísero salário de um mês. Sequer terão direito às indenizações, uma vez que a família Machado já sonegava os FGTS há muito tempo.

Os trabalhadores não podem aceitar a via de liquidação implementada pelo Banco Central. Trata-se de defender a estatização do Bancesa sob o controle dos trabalhadores, confisco de todos os bens da família Machado e investigação das falcatruas através de um tribunal popular. Sabemos que essa luta só poderá ir à frente se houver uma manifestação geral pela abertura de toda a contabilidade dos bancos e a luta por seu controle pelas bases exploradas.

O descontentamento dos trabalhadores do Bancesa deve se transformar em ocupação do banco e em luta em busca da solidariedade do conjunto dos trabalhadores. Não devemos permitir que os banqueiros parasitas façam jogatinas, quebrem o banco, demitem os assalariados e configurem parte dos depósitos dos pequenos poupadores.

Nacional

## Pernambuco

### A disputa pela refinaria do petróleo divide a burguesia e põe o reformismo a reboque das oligarquias

Os governos de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão abriram uma campanha acirrada em torno da instalação de uma refinaria de petróleo pela Petrobrás. Cada um desses estados nordestinos tem uma razão especial para que seja instalada em seu quintal. No Rio Grande do Norte os políticos argumentam que este estado é o maior produtor de petróleo em terra e o segundo nacional. Roseane Sarney do Maranhão aproveita a ocasião para dizer que essa disputa esta ocorrendo porque a Petrobrás tem o monopólio e que deveria ser privatizada. Mas em seguida seus capachos fazem propaganda de que o Maranhão tem o maior porto para o transporte do petróleo refinado.

A justificativa mais frágil é a de Jereissati, do Ceará, que não tem nenhum bom porto e nem grandes jazidas. Tem a seu favor

a constatação de que o Ceará é um dos estados que mais está se "modernizando" do ponto de vista capitalista. Miguel Arraes, de Pernambuco, tem feito uma mobilização sistemática, procurando sensibilizar a população com a abertura de 6000 empregos diretos. No Rio Grande do Norte se tem feito vários atos públicos para envolver a população trabalhadora. Vicentinho, presidente da CUT, foi até esse estado apoiar o movimento. Por sua vez, o presidente da CUT regional de Pernambuco, Carlos Padilha, fez o mesmo puxando a sardinha para o seu estado.

Em todos esses casos, a burguesia se esforça por arrastar a população trabalhadora na disputa, oferecendo maior desenvolvimento econômico e melhoria de vida das massas. Na verdade, não está em jogo nem o desenvolvimento e nem a situa-

ção de miséria das massas nordestinas. O que está em jogo mesmo são os interesses das frações capitalistas que querem tirar proveito da refinaria. Por exemplo, em Pernambuco, a burguesia local, representada pelo presidente da FIESP, pelo grupo BomPreço, Jornal do Comércio etc estão patrocinando a propaganda, porque estão de olho nas vantagens.

Os operários, camponeses e classe média pobre urbana não devem se submeter à esses interesses mesquinhos. Devem exigir que a CUT rompa com essa politicagem regionalista a serviço da frações oligárquicas e que convoque um congresso operário e camponês para discutir um plano de luta, que inclua as reivindicações elementares e a expropriação dos latifúndios.



## Rio Grande do Norte

# A linha consequente deve ser: Pôr em pé um movimento antiimperialista e anticapitalista de massa

A plenária da CUT do dia 6, realizada no sindicato dos comerciários, em Natal, aprovou uma resolução que exige da direção nacional um plano de luta contra a Reforma Constitucional. Entretanto, a posição ficou diluída devido à rejeição do PSTU e companhia a proposta do POR de se trabalhar pela constituição de um amplo movimento antiimperialista e anticapitalista, que implica na constituição de uma frente

revolucionária antiimperialista. O PSTU defendeu a linha de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Ficou evidente que essa bandeira é dirigida ao PT e, portanto, trata-se de uma oposição parlamentar.

O POR rejeitou essa política vacilante dos centristas. E insitiu na necessidade de uma ampla mobilização de rua para derrubar o Plano Real e a reforma constitucional antinacional e antipopular.

Nacional

## Sem-Terra da Zona Leste querem avançar politicamente

O movimento dos sem-terra da Zona Leste chegou à compreensão de que é preciso se formar politicamente. Essa conclusão nasceu da luta pela terra e do enfrentamento com o poder burguês. A burguesia quer que os operários continuem ignorantes, para melhor dominar. Mas quem está na luta logo descobre que existem duas políticas: a da classe burguesa e a da classe operária. Se os trabalhadores não estão sob a política da classe operária, então estão sob a política da burguesia, que só engana para melhor explorar e para manter a miséria.

dores evoluem da luta instintiva para a compreensão de que a classe operária é capaz de destruir o capitalismo e substituí-lo por uma sociedade sem exploração do trabalho, que é o socialismo. A consciência de classe permite transformar as lutas econômicas em luta política, que é a união das massas contra a burguesia e seu Estado. A consciência de classe leva à unidade de todos trabalhadores num só movimento histórico contra os capitalistas e seu governo. Viu-se também que a consciência de classe mais elevada está na construção do partido operário revolucionário.

### Início da formação política.

Foi com muito entusiasmo e debate que se discutiu o tema "instinto de classe e consciência de classe".

O instinto de classe é a necessidade que os operários têm de lutar para se defender da fome e da miséria. Às vezes os trabalhadores ficam tão descontentes com os baixos salários, com a estafante jornada de trabalho, com o desemprego etc, que espontaneamente saem em greve. Geralmente, a luta instintiva permanece em nível da luta econômica. Discutiu-se que as necessidades que levam os operários a instintivamente irem à luta nascem da tremenda exploração, da falta de moradia, saúde etc.

A consciência de classe é quando os trabalha-

### Manifestação

Os sem-terra da região de Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e outras partes preparam uma caravana para Brasília contra a reforma constitucional e o Plano Real, que acaba com a aposentadoria por tempo de serviço, privatiza a Previdência, entrega as estatais para o capital imperialista (multinacionais), desnacionaliza a economia, traz mais desemprego e quebra a soberania nacional. Discutiu-se que uma simples manifestação em Brasília de nada adiantará. É preciso uma luta geral em todo país em que paremos as fábricas, as escolas, os bancos, o comércio e saíamos às ruas. E que nossa bandeira deve ser abaixo o Plano Antinacional e Antipopular do governo capitalista.

### Obras Completas de Guillermo Lora

Já foram publicados os 4 primeiros volumes, sendo que já temos até o 3º no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

Adquira com o distribuidor deste jornal.

### A crise capitalista no Brasil e o fracasso da Frente Popular – Lições das eleições de 1994

Um balanço das eleições no marco do desenvolvimento da crise política e econômica do país.

A crítica ao reformismo e às correntes seguidistas. A defesa do programa revolucionário. A tendência de luta das massas e o crescimento dos votos brancos e nulos.

